

Modelo econômico está cansado

26 FEV 1984

César Fonseca

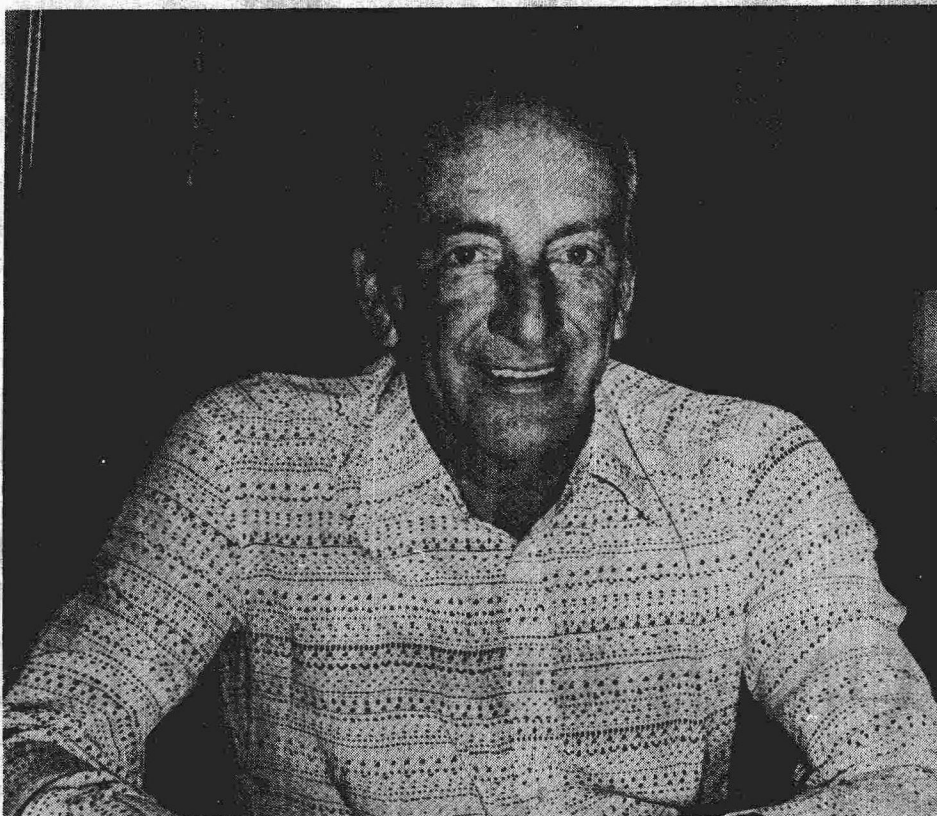
O capitalismo brasileiro está colocado em xeque porque o modelo em que se apóia, o modelo keynesiano, onde o estado é o carro-chefe de demanda da economia à custa da inflação disfarçada em dívida pública, esgotou-se totalmente como prova a dívida em atraso de Cr\$ 500 bilhões ao setor privado ao final de 1983 com tendência a continuar crescendo porque o sistema financeiro, para continuar sustentando esse cliente inadimplente, exige alta remuneração, colocando assim, o País, no reino da especulação desenfreada, advertiu o professor de economia da Universidade de Brasília, Lauro Campos.

Autor de um livro pouco conhecido dos economistas brasileiros, "A Crise da Economia Keynesiana", escrito em 1974, "que me trouxe muitos cabelos brancos", Lauro Campos adverte que o País poderá desembocar numa crise semelhante à de 1929, mas muito mais complexa porque, sob o modelo keynesiano, o que a economia sofre no momento é uma verdadeira sucessão de crises simultâneas as que têm deixado perplexas as autoridades econômicas.

O professor Lauro Campos julga impossível separar a economia brasileira do contexto mundial e nem acredita que possa se chegar a um arranjo interno, se não houver um arranjo geral a nível de entendimento das potências ocidentais, para serem traçadas novas regras capazes de acomodar o sistema e mantê-lo sobrevivendo. É ilusão dos socialistas, diz, que se possa insistir numa linha de tipo da de A. e de na América Latina, quando o próprio modelo capitalista em sua essência mais alta, os grandes.

A inflação, disse o professor, que como diz Keynes é a "unidade das soluções", salvou o capitalismo depois da crise de 1929, graças à ação do estado como carro-chefe da economia, pois foi utilizada para aumentar seus gastos depois da alteração monetária do padrão-ouro para o "statemoney", a moeda inconvertível que gerou o poder estatal de emitir além das suas reservas.

A dívida pública, ressalta Lauro Campos, disfarçava a inflação, que ficou de quarenta enquanto a crise não irrompeu totalmente, como está acontecendo agora. Nos Estados Unidos, lembra Lauro, foram criados 12 milhões de novos empregos entre 1929 e 1946. A força de trabalho não assimilada pela economia de mercado só encontrou emprego após 1929, depois que o estado tomou a responsabilidade de demandar os serviços que numa economia completamente isenta da participação do estado, como reivindicam os saudosos do *laissez-faire*, seria naturalmente da obrigação das empresas: saúde, escolas, construção de estradas, enfim, as condições ideais de funcionamento para promover o bem-estar da sociedade.



Lauro Campos: caindo para 100%, inflação será acionada novamente

É um erro, segundo Lauro Campos, culpar as empresas estatais como responsáveis pela crise do momento. O primeiro-ministro Japonês Tanaka, argumenta, caiu porque a dívida interna japonesa atingiu US\$ 300 bilhões e lá não há estatais japonesas. O estrondoso déficit público norte-americano, complementa, também não é decorrente da ação das empresas estatais norte-americanas, que não existem.

A utilização da inflação, disfarçada de dívida pública, permitida pela emissão de moedas, constitui-se na prática do sistema capitalista ocidental depois de 1929 e ocorre em diferentes graus de país para país, provando que o sistema, com o estado como carro-chefe da economia, evoluiu de suas crises para uma terceira fase de sua existência, pois suas duas fases anteriores, a da produção dos bens de produção, a primeira, e a produção de bens de consumo, a segunda, provaram em 1929 que sozinhas não têm força para gerar demanda capaz de manter o capitalismo.

O Brasil diz, não constitui-se uma exceção no funcionamento do processo. Como Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin fizeram, atribuindo ao estado a tarefa de fazê-lo gerar demanda para a movimentar o setor privado — excluindo-se a URSS, cuja economia é totalmente estatizada —, também Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e os militares, na década de 70, fizeram a mesma coisa, ressalta Lauro Campos, "utilizaram politicamente a inflação disfarçada de dívida pública para promover o crescimento".

O resfriamento da economia logo após 1964, realizado por Roberto Campos, sobreviveu até 1973, quando a inflação caiu dos 90% de 64 para 24%, segundo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ou 12% segundo o ministro Delfim Netto, mas em seguida, a partir de 1973, novamente a inflação — "a unidade das soluções" — foi acionada até que chegou aos 120% em 1982 e o alarme final foi dado, pois o modelo chegou ao seu limite naquele momento.

Por isso, lembra, é natural que as autoridades estejam perplexas, neste momento, como admitiu o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que diz não compreender porque o receituário econômico aplicado não dá certo. Não dá, argumenta, porque o receituário destina-se a combater apenas um sintoma de crise, quando o capitalismo brasileiro vive uma sucessão de crises — "a dos três departamentos: o primeiro, a crise dos bens de produção — a capacidade ociosa do setor industrial é de 30% em média —, a segunda, a dos bens de consumo — os salários estão corroídos pela inflação — e a terceira, a do modelo keynesiano, do estado inflacionário demandador do processo".

Qual a saída?

Os países mais civilizados do mundo Ocidental, diz Lauro Campos, já estão seguindo o rumo do futuro, a Inglaterra, a Alemanha, a França, Itália, Espanha, Japão, que é alterar gradualmente as relações sociais da produção via dis-

tribuição da renda, para reduzir as tensões sociais. A distância entre a maior e o menor salário nas sociedades avançadas está se reduzindo.

No Brasil, adverte Lauro Campos, o desnível de renda, a distância entre o maior e o menor salário, é muito grande, o que provoca muita reação a qualquer alteração na atual distribuição da renda. Prevalece a regra de que a inflação tem de ser combatida pela redução do salário real. Durante todo o período de acumulação, o do chamado "milagre econômico", diz Lauro Campos, a inflação foi utilizada para reduzir o salário real. Agora, diz, mais uma vez a redução do salário é imposta para reduzir a inflação — "ou seja, a classe trabalhadora pagou duas vezes, na fase de acumulação, e agora na fase de recessão. Isso aprofunda o fosso da renda e consequentemente lança dúvidas sobre como se dará as alterações na economia daqui por diante, se de forma pacífica ou tempestuosa".

Lauro Campos não acha possível o retorno à economia de mercado conforme o modelo clássico sobrevivente até 1929 — "isso só Freud explica. E quer voltar ao útero materno. Encontrei explicação para esse desejo dos que pregam, hoje, a volta da supremacia da economia de mercado, somente na psicanálise. Na economia, não é possível. E por isso que estão todos perplexos".

A inflação, depois de adotadas todas as medidas em vigor, pode cair, admite Lauro, "mas é preciso dizer que não é possível combater a inflação, mas apenas taxas de inflação, porque depois ela terá que ser acionada para promover novamente o crescimento, como já prometem os presidencialistas. Só que ela jamais deverá cair para um patamar de 13% (Delfim) ou 24% (Simonsen), como em 1973, porque o resfriamento seria tão grande que a economia caminharia para o congelamento, a pneumonia e a morte.

Ela cairá, porém o professor, para um patamar relativo muito maior do que o de 1973, porque ao contrário de 1964, hoje, a participação do estado na economia é muito maior.

Ele se nega a prever para que patamar a inflação cairá mas acha que não será inferior a 100%. A partir daí, prevê, a "unidade das soluções", a inflação, terá de ser novamente acionada.

Dará certo?

Se não houver mudança na estrutura produtiva e ocupacional, diz Lauro Campos, dificilmente se caminhará no rumo de soluções pacíficas porque, acionada a inflação para promover o crescimento, ela, de novo, poderá aumentar a demanda em relação à oferta, aumentando, consequentemente, os preços e os lucros, mas continuará reduzindo o salário real, e isso, já está provado, não contribui, como não está contribuindo no momento, para harmonizar e estabilizar as relações sociais.